

Do INTERREG IIC

à Cooperação Interregional INTERREG IVC

Apontamento

- **Aplicação da Iniciativa Comunitária INTERREG III C**
- **Capitalização da experiência adquirida com a participação no INTERREG III e seus contributos para a cooperação territorial 2007 – 2013**
- **Programas de Cooperação Territorial Europeia 2007 – 2013**
- **Programa de Cooperação Interregional 2007-2013**

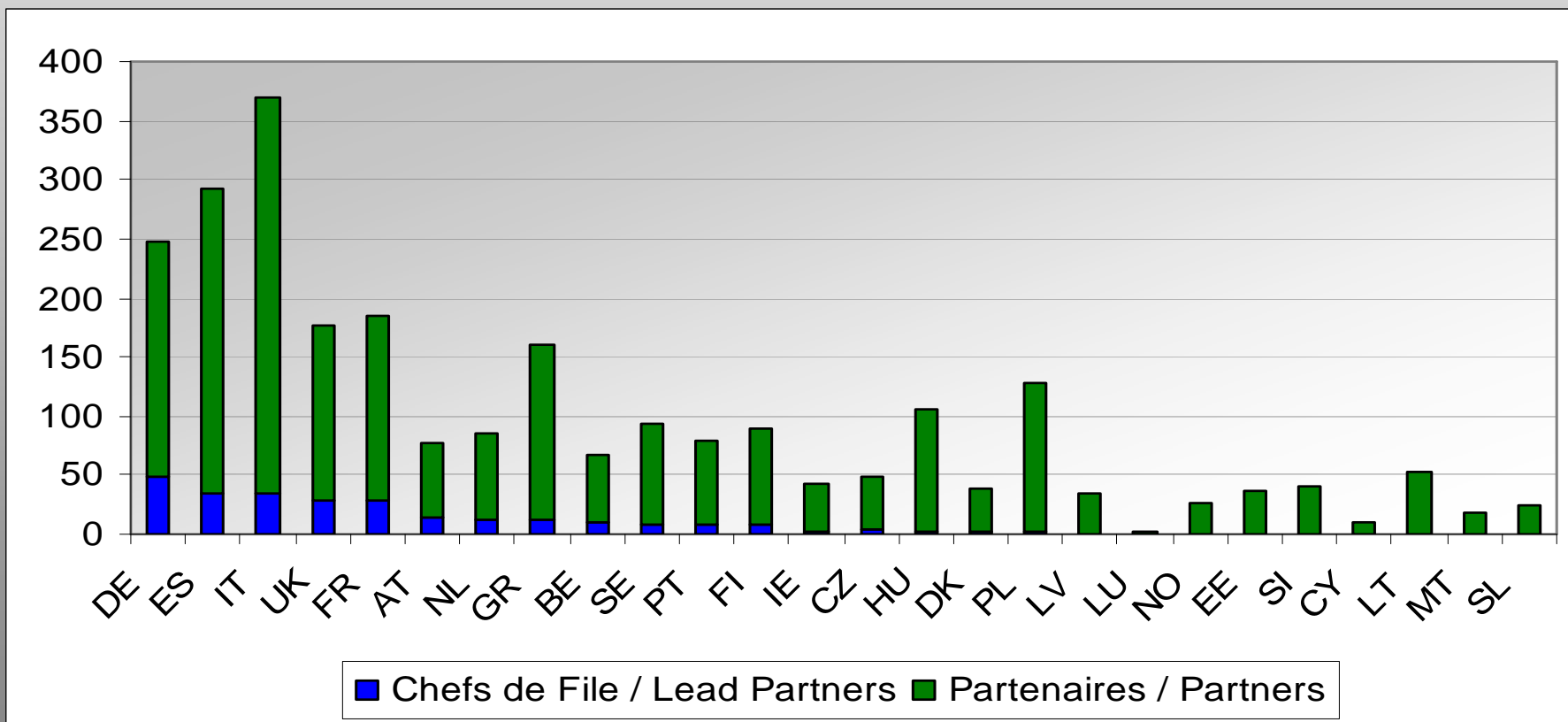
INTERREG III C

Disponibilidades financeiras

	Despesa Pública M€	FEDER M€
IIIC – N/E/S/W	455	300
IIIC - SUL	219	138

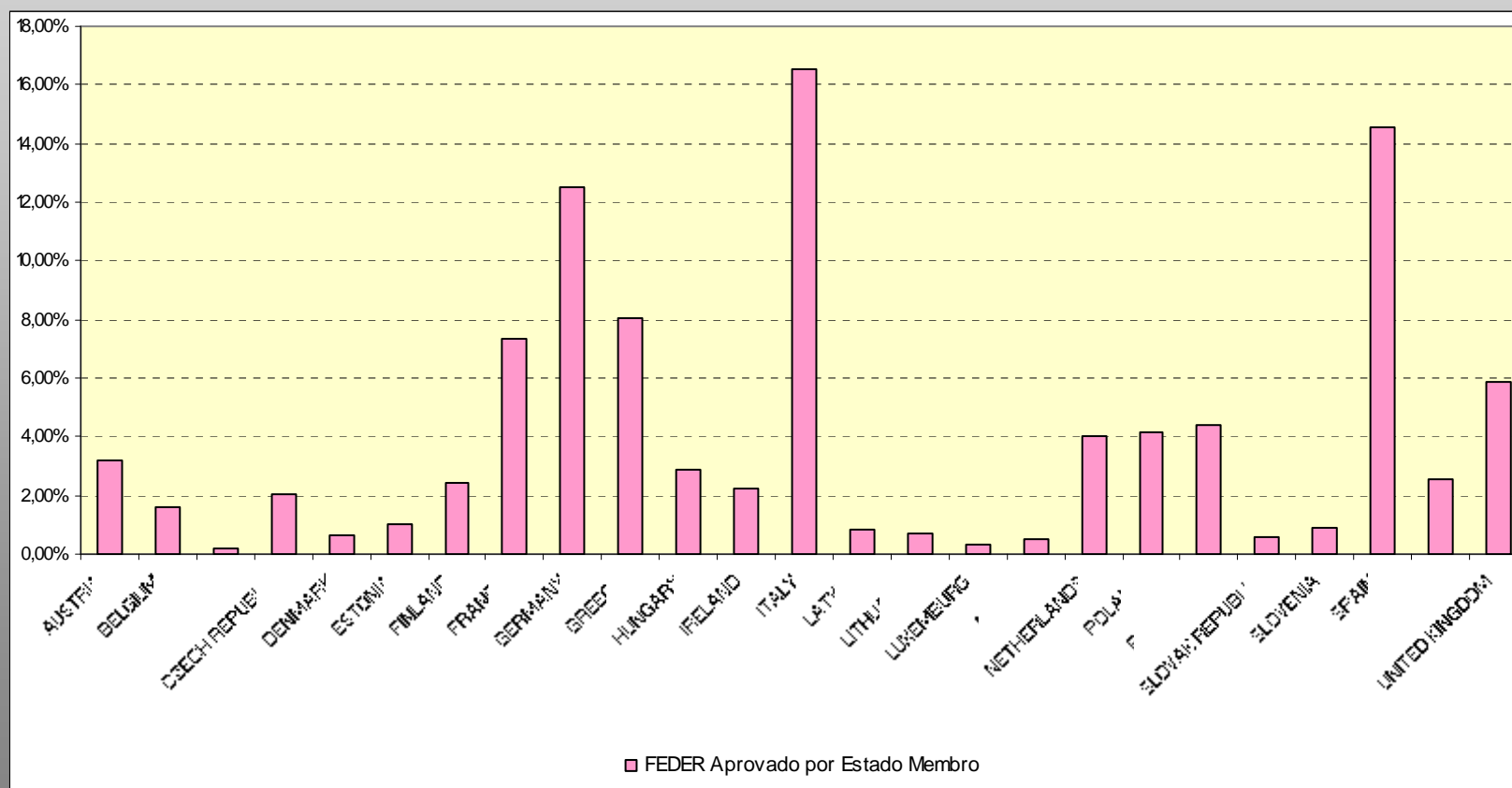
INTERREG III C

Chefes de Fila e parceiros por Estado Membro



INTERREG III C

FEDER comprometido por Estado Membro



INTERREG III C

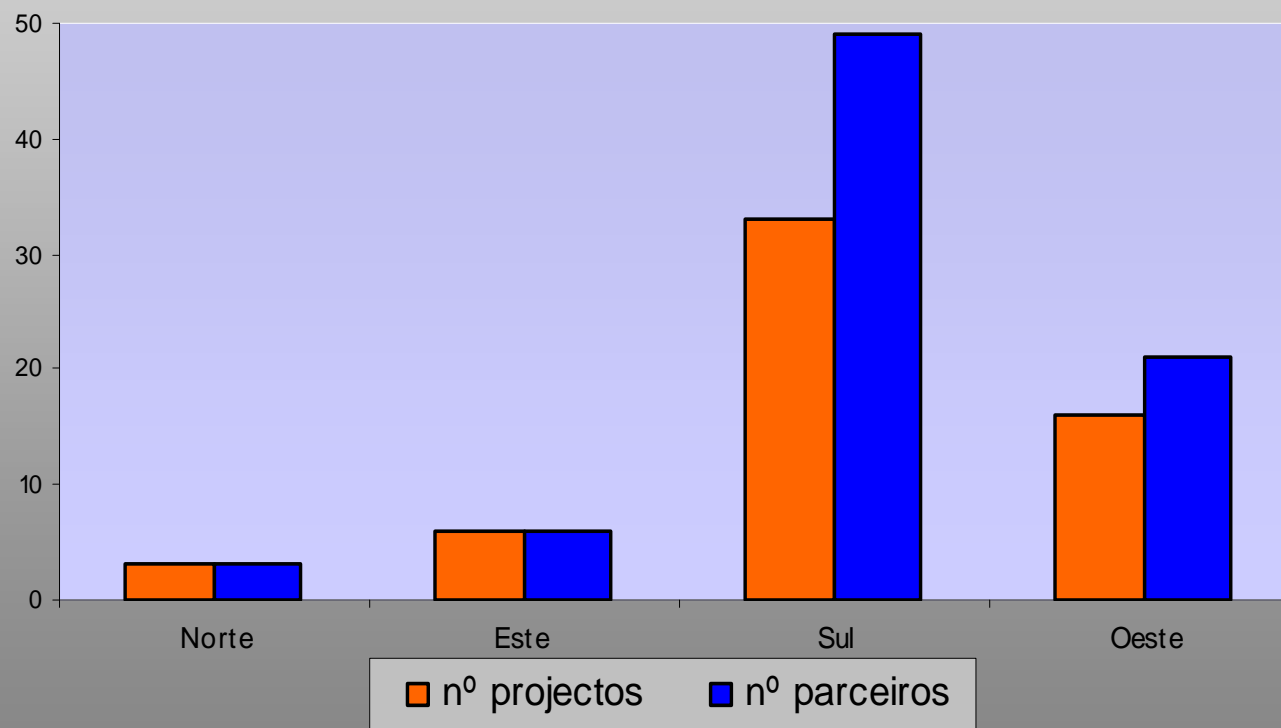
Participação portuguesa nas 4 zonas do Programa

Projectos aprovados	58
Parceiros envolvidos	79
Projectos com CF português	9
FEDER aprovado	13 M€
FEDER executado (30/06/07)	8,0 M€
Validações em curso	0,8 M€

INTERREG III C

Participação portuguesa nas 4 zonas do Programa

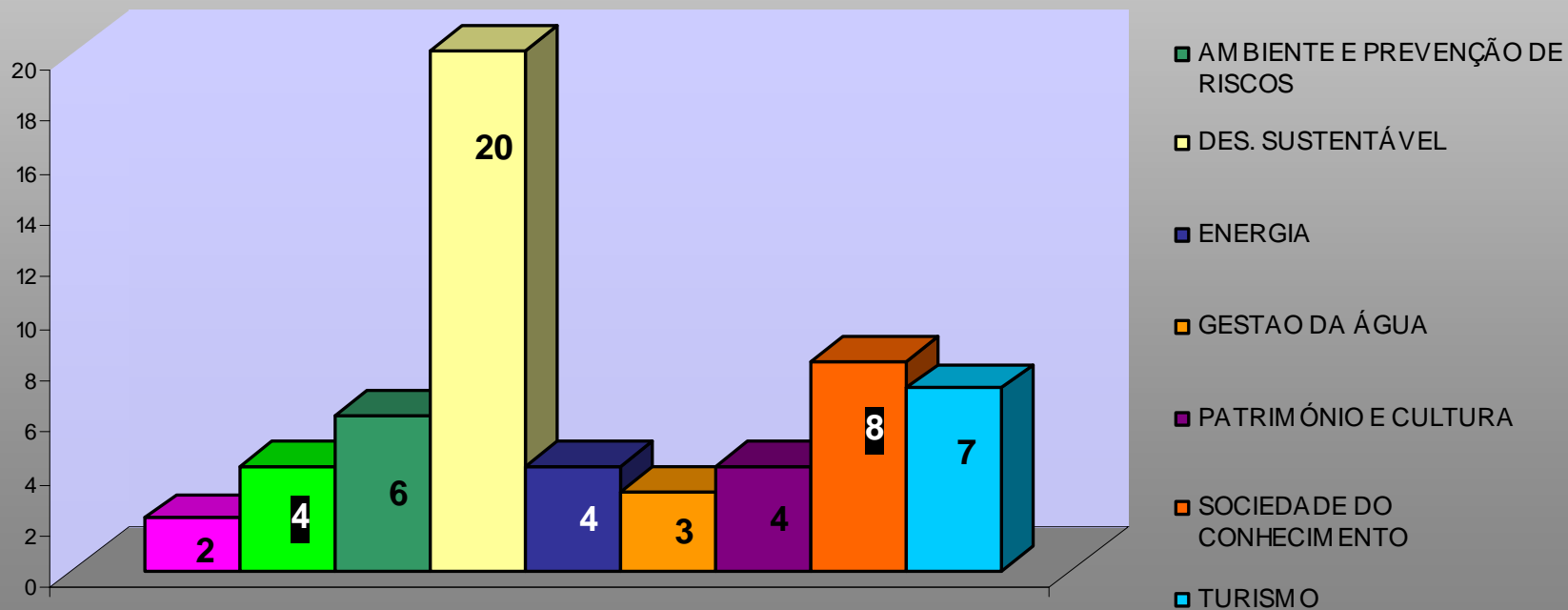
**Participação de parceiros portugueses
em projectos nos 4 espaços III C**



INTERREG III C

Participação portuguesa nas 4 zonas do Programa

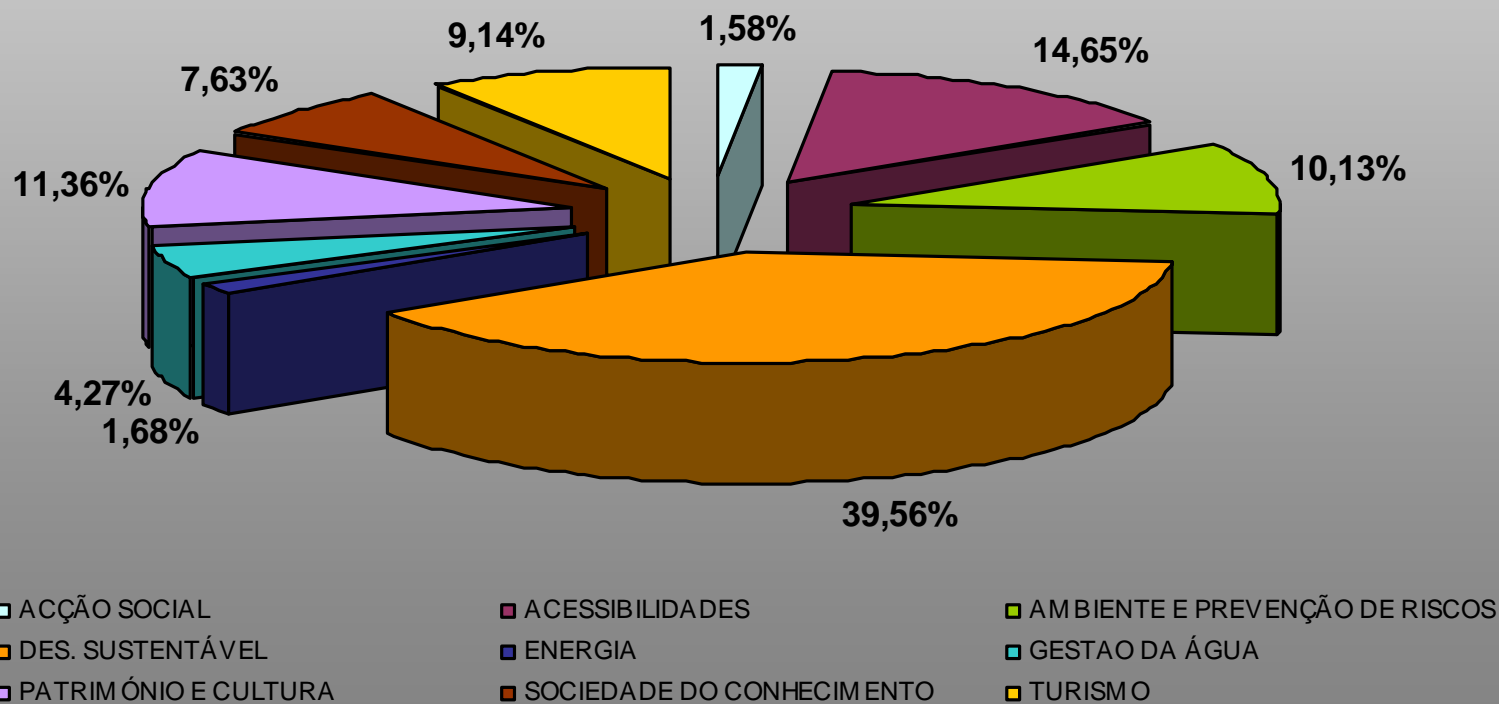
Projectos aprovados por sector de actividade



INTERREG III C

Participação portuguesa nas 4 zonas do Programa

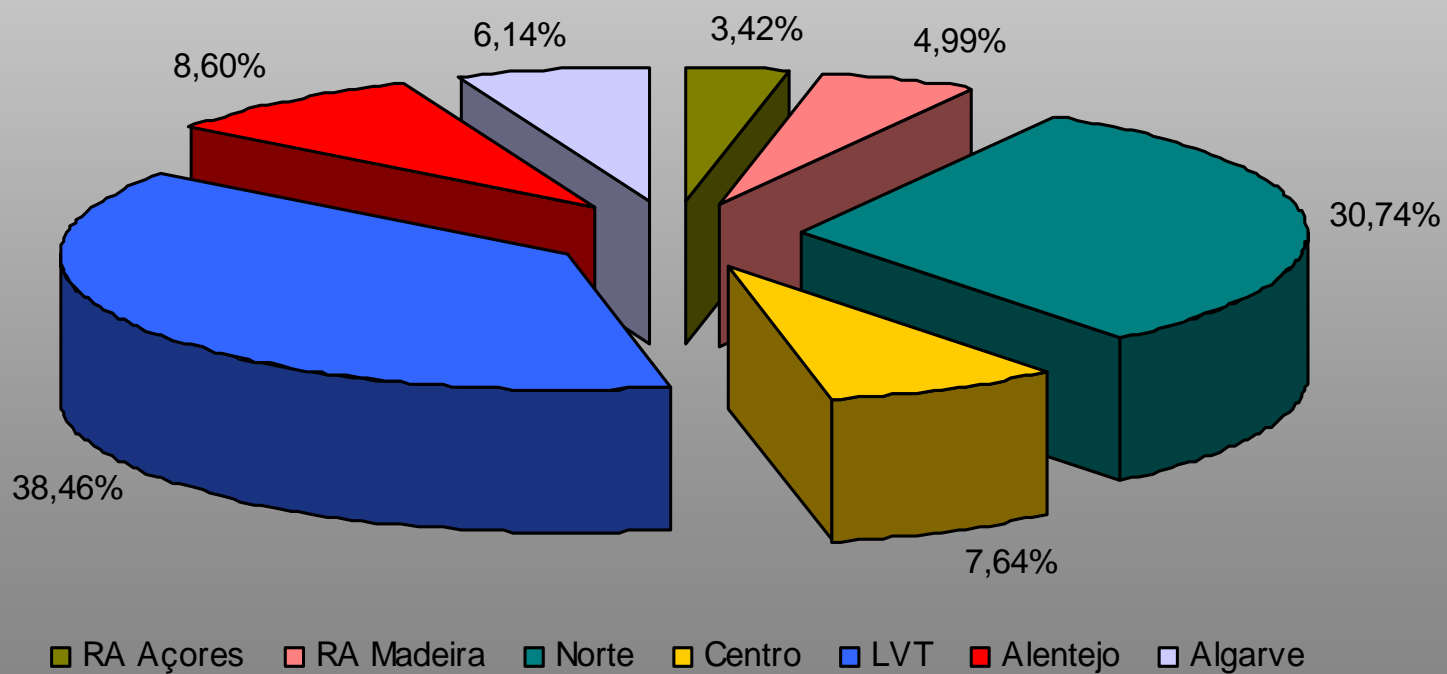
FEDER aprovado por sector de actividade nas 4 zonas



INTERREG III C

Participação portuguesa nas 4 zonas do Programa

%FEDER aprovado por Região nas 4 zonas



INTERREG III C

Resultados alcançados na Zona Sul

		Programa	Portugal
FEDER (M €)	programável	131	23
	solicitado	520	42
	aprovado	125	11
CANDIDATURAS	apresentadas	367	85
	aprovadas	83	33

INTERREG III B e C

**Compromissos financeiros alcançados nas vertentes IIIB e IIIC
 por região de Portugal**

Distribuição por Região 2000-2006	INTERREG III vertentes B e C - Participação regional no período 2000-2006 FEDER aprovado para parceiros portugueses por Região							Unidade €
	IIIB - EA	IIIB - SUDOE	IIIB - MEDOC	IIIB - AMC	IIIB - Total	IIIC	Total	
Norte	5.673.852,00	4.027.665,77			9.701.517,77	4.349.132,70	14.050.650,47	
Centro	3.709.033,00	4.062.567,95			7.771.600,95	1.006.147,08	8.777.748,03	
Lisboa e Vale do Tejo	6.154.673,00	3.536.824,88			9.691.497,88	5.323.577,07	15.015.074,95	
Alentejo	878.236,00	1.911.309,05	2.598.325,77		5.387.870,82	1.159.590,24	6.547.461,06	
Algarve	1.824.806,00	802.551,00	5.984.493,66		8.611.850,66	859.824,09	9.471.674,75	
Madeira	0,00	293.049,00		30.450.800,67	30.743.849,67	657.333,62	31.401.183,29	
Açores	206.397,00	31.548,00		30.452.271,31	30.690.216,31	450.205,33	31.140.421,64	
Disponível para programação	14.000.000,00	14.000.000,00	5.500.000,00	60.500.000,00	94.000.000,00	23.250.000,00	117.250.000,00	
Total programado em projectos	18.446.997,00	14.665.515,65	8.582.819,43	60.903.071,98	102.598.404,06	13.805.810,13	116.404.214,19	

Capitalização de experiências

Factores críticos de sucesso do sistema de gestão e controlo

- ***Assegurar a divulgação do Programa e promover plataformas de comunicação***
- ***Respeitar os princípios estratégicos definidos no Programa***
- ***Concertar estratégias na preparação de projectos estruturantes em sectores chave da economia e do desenvolvimento regional.***
- ***Implementar e aplicar critérios de selecção de candidaturas transparentes e objectivos***
- ***Criar sistema de controlo aos beneficiários homogéneo e coerente em todos os E.M. suportado na descrição detalhada das despesas efectuadas***
- ***Utilizar sistema de informação para a gestão, controlo e monitorização estratégica e financeira do programa***
- ***Melhorar circuito de pagamentos***

Capitalização de experiências

Factores críticos de sucesso do Correspondente Nacional

- ***Divulgar os programas e mobilizar o potencial de cooperação para a realização de projectos estruturantes***
- ***Reforçar a capacidade de execução e gestão dos parceiros nacionais***
- ***Participar no processo de instrução das candidaturas***
- ***Reforçar o impacto da aplicação dos programas no desenvolvimento económico das regiões***
- ***Estabelecer um sistema de controlo que assegure a verificação da conformidade, elegibilidade e regularidade financeira das despesas realizadas pelos beneficiários nacionais num quadro de maior fluidez do circuito financeiro***
- ***Utilizar sistema de informação para registo da execução financeira e validação de despesas***

Capitalização de experiências

Factores críticos de sucesso da gestão de projectos

- ***Dinamizar parcerias com interesse genuíno em desenvolver actividades complementares e trocar experiências***
- ***Criar uma identidade para o projecto, convivendo num ambiente cooperativo onde todos contribuem equitativamente para o sucesso geral***
- ***Suporte administrativo e financeiro que assegure toda a organização burocrática e cumprimento dos normativos comunitários e nacionais***
- ***Capacidade de tesouraria para suportar a execução do projecto***
- ***Reforçar relacionamento de confiança com órgãos de gestão e controlo do programa***
- ***Execução disciplinada e rigorosa dos pressupostos fixados na candidatura***

Capitalização de experiências

Desafios para 2007 – 2013, gestão, acompanhamento e controlo

- ***Reforçar a componente estratégica da concepção e desenvolvimento de projectos***
- ***Elevar o nível da representação nacional***
- ***Reforçar a monitorização financeira dos programas, desenvolvendo instrumentos de gestão que optimizem a afectação dos recursos***
- ***Reforçar sistemas de controlo financeiro, uniformizando procedimentos nos diversos E.M.***
- ***Reduzir prazos dos circuitos financeiros***
- ***Adoptar sistemas de informação de apoio à governação dos programas, fomentando a sua utilização pelos diversos órgãos de gestão***

Capitalização de experiências

Desafios para 2007 – 2013, gestão de projectos

- ***Coesão das parcerias na implementação de projectos***
 - ✓ ***Concepção conjunta***
 - ✓ ***Execução conjunta***
 - ✓ ***Equipa técnica conjunta***
 - ✓ ***Financiamento conjunto***
- ***Reforço da dimensão financeira dos projectos***
- ***Maior envolvimento das estruturas de direcção da administração pública***
- ***Capacidade para alavancar projectos compatíveis com os pressupostos estratégicos dos programas e que contribuam para a coesão e competitividade dos territórios***

Portugal

Cooperação Territorial Europeia 2007 – 2013

A “Cooperação Territorial Europeia” constitui, no período de programação 2007-2013, o terceiro objectivo da política estrutural da União Europeia, a par com os objectivos “Convergência” e “Competitividade Regional e Emprego”, tendo o Governo, numa lógica de articulação e complementaridade estratégica, assumido a sua integração no Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN).

Portugal

Cooperação Territorial Europeia 2007 – 2013

A União Europeia (através do Regulamento Geral 1083/2006), definiu que o objectivo “Cooperação Territorial Europeia” se destina a “reforçar a cooperação transfronteiriça através de iniciativas locais e regionais conjuntas, a reforçar a cooperação transnacional mediante acções em matéria de desenvolvimento territorial integrado relacionado com as prioridades da Comunidade [inovação, ambiente, acessibilidades, desenvolvimento urbano sustentado], e a reforçar a cooperação interregional e o intercâmbio de experiências ao nível territorial.”

As Orientações Estratégicas da programação referem ainda que “A finalidade do novo objectivo consiste em promover uma maior integração do território da União em todas as suas dimensões. Desse modo, a política de coesão apoia o desenvolvimento equilibrado e sustentável do território da UE e reduz os «efeitos de barreira» através da cooperação e do intercâmbio das melhores práticas”.

Portugal

Cooperação Territorial Europeia 2007 – 2013

Prioridades temáticas para a Cooperação Transnacional devem resultar:

- ✓ **Do quadro global que é fornecido pelas propostas de Regulamento geral e do FEDER, bem como das Orientações para a Política de Coesão;**
- ✓ **Das especificidades da cooperação transnacional que decorrem das vocações de cada espaço de cooperação propostas pela Comissão Europeia;**
- ✓ **Do respeito pelo princípios estruturantes do QREN e da respectiva coerência Estratégica traduzida numa “vocação” nacional para cada espaço de cooperação;**
- ✓ **Atendendo que uma região participa em mais do que um espaço da inclusão das prioridades regionais em cada programa por forma a respeitar a vocação temática atribuída a cada espaço.**

Portugal

Cooperação Territorial Europeia 2007 – 2013

Contexto de escassez de recursos disponíveis para a Cooperação, em Portugal (preços 2006)

Total de 98,9 ME (FEDER) dos quais, cerca de 60,8 ME (FEDER) – são para a vertente transfronteiriça (Portugal – Espanha e ENPI) e cerca de 38,1 ME (FEDER) – são para a vertente transnacional. (O montante nacional corresponde a cerca de 25% do período 2000-2006; o PO Transfronteiriço, corresponde a 20% do período 2000-2006)

A vertente Interregional conta 321 ME para (envelope financeiro para EU 27 + 2 sem repartição por Estado.)

Conduz: ao reforço da concentração (temática), ao aumento da selectividade dos projectos e ao recurso a processos de complementaridade entre programas operacionais

No entanto: o volume financeiro FEDER global para os programas com participação nacional é de 1.214 MEUROS.

Portugal

Cooperação Territorial Europeia 2007 – 2013

A participação de Portugal neste objectivo está prevista nos espaços de cooperação seguintes:

Espaços transfronteiriços: Programa Operacional de Cooperação Tranfronteira Portugal – Espanha, herdeiro do Programa de Iniciativa Comunitária (PIC) INTERREG III-A e Instrumento Europeu da Política de Vizinhança da UE com países da Bacia Mediterrânica (ENPI)

Espaços transnacionais: (propostos pela Comissão Europeia em 2005). Portugal participa em 4 dos 11 espaços transnacionais: Espaço Atlântico, Espaço Sudoeste Europeu, Espaço Mediterrânico e Espaço Madeira – Açores – Canárias

Espaço de cooperação Interregional: PO de cooperação interregional, herdeiro do PIC INTERREG III-C e programas das redes europeias (INTERACT, ESPON e URBACT)

Portugal

Cooperação Territorial Europeia 2007 – 2013

Participação das regiões portuguesas nos grupos de programação dos programas CTE 2007-2013 (nível NUTS II)

Regiões Portuguesas	Transfronteiriço Portugal – Espanha	ENPI	Espaço Atlântico	SUDOE	MED	MAC	Inter-regional
Norte							
Centro							
Lisboa e Vale do Tejo							
Alentejo							
Algarve							
Madeira							
Açores							

Portugal

Cooperação Territorial Europeia 2007 – 2013

Responsabilidades de Gestão nos PO CTE

Programas Operacionais	Autoridade de GESTÃO	Autoridade de CERTIFICAÇÃO	Autoridade de AUDITORIA
Transfront. PT/ES	Direcção Geral de Fundos Comunitários do Ministério de Economia e Fazenda (ES)	Instituto Financeiro do Desenvolvimento Regional (PT)	Intervenção Geral da Administração do Estado (ES)
Espaço Atlântico	Comissão de Coordenação Desenvolvimento Regional do Norte	Instituto Financeiro do Desenvolvimento Regional (PT)	Inspeção Geral de Finanças (PT)
SUDOE	Comunidade Autónoma da Cantábria	Direcção Geral de Fundos Comunitários do Ministério de Economia e Fazenda (ES)	Intervenção Geral da Administração do Estado (ES)
MAC	Comunidade Autónoma das Canárias	Região Autónoma da Madeira – Secretaria Regional do Plano e Finanças (Gestão Regional do INTERREG). (PT)	Intervenção Regional da Administração das Canárias (ES)
MED	Conselho Regional Provence-Alpes-Cote d’Azur (Marselha-FR)	Caisse des Dépôts et Consignations (FR)	Comité interministerial para a coordenação do controlo dos FE (FR)
Interregional	Conselho Regional de Nord – Pas de Calais (Lille - FR)	Caisse des Dépôts et Consignations (FR)	Comité Inter-Ministerial para a Coordenação do Controlo – Fundos Estruturais

Portugal

Cooperação Territorial Europeia 2007 – 2013

QUADRO DE FINANCIAMENTO

Participação financeira de Portugal

Dotações totais por Programa Operacional

		FEDER PT	FEDER PO
Transfronteiriço (PT-ES)	€	60,20	270,00
tx apoio FEDER (indicat.)	%	75,00	
**ENPI	€	0,66	173,60
tx apoio FEDER (indicat.)	%	90,00	
Açores/Madeira/Canárias	€	10,40	55,40
tx apoio FEDER (indicat.)	%	85,00	
Espaço Atlântico	€	16,20	101,00
tx apoio FEDER (indicat.)	%	60,00	
Mediterrâneo	€	4,04	191,00
tx apoio FEDER (indicat.)	%	75,00	
Sudoeste	€	7,51	99,40
tx apoio FEDER (indicat.)	%	75,00	
Interregional	€		321,00
Total CTE	€	98,99	1.211,40
tx média	%	73,00	

(*) Preços correntes (2006)

(**) ENPI - European Neighbourhood Policy Instrument

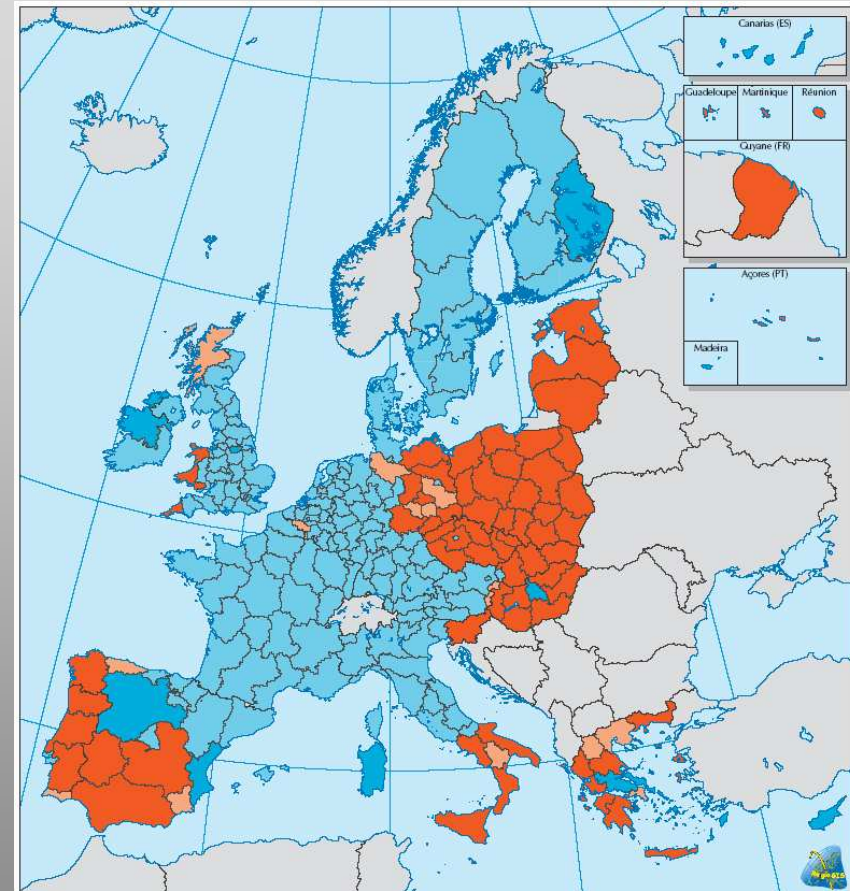


INTERREG IV C

Programa de Cooperação Interregional 2007 – 2013

Objectivo geral

Aumentar a eficácia das políticas de desenvolvimento regional, contribuir para a modernização económica e aumentar a competitividade europeia nas áreas da inovação, economia do conhecimento, ambiente e prevenção de riscos através da cooperação interregional



EU25: Convergence and Competitiveness Objectives 2007-2013

- Convergence Regions
- Phasing-out Regions
- Phasing-in Regions
- Competitiveness and Employment Regions

Based on Eurostat GDP/head data available in April 2005, and on Financial Perspective agreement December 2005

0 100 200km

© EuroGeographics Association for the administrative boundaries

INTERREG IV C

Enquadramento

- Resulta da fusão das 4 Zonas do INTERREG III C
- Iniciativa da Comissão Europeia
- Aposta em forte articulação com a iniciativa “*Regions for Economic Change*”
- Participação de 29 Estados (UE-27, Noruega e Suíça);

INTERREG IV C

Estruturas de Gestão

Autoridade de Gestão

Conselho Regional de Nord - Pas de Calais, Lille

Autoridade de Certificação

Caisse des Dépôts et Consignations (CDC), Paris

Autoridade de Auditoria

**Comité Inter-Ministerial para Coordenação do Controlo -
Fundos Estruturais (CICC), Paris**

Secretariado Técnico Conjunto

Região Nord Pas-de-Calais, Lille

INTERREG IV C

Estrutura do Programa

PRIORIDADES	FEDER M€	%
1. Inovação e Economia baseada no conhecimento	176,7	55
2. Ambiente e prevenção de riscos	125,3	39
3. Assistência Técnica	19,3	6
Total	321,3	

INTERREG IV C

Taxas de co-financiamento

Prioridades 1 e 2

Taxas

E.M.

Max. 75%

Áustria, Bélgica,
Dinamarca, Finlândia,
França, Alemanha, Irlanda,
Itália, Holanda, Espanha,
Suécia, Reino Unido

Max. 85%

Bulgária, Rep. Checa,
Chipre, Estónia, Grécia,
Hungria, Lituânia, Letónia,
Malta, Polónia, Portugal,
Roménia, Eslováquia e
Eslovénia

Prioridade AT

70%

Todos

INTERREG IV C

Prioridade temática 1 – Inovação e Economia baseada no conhecimento

Temas:

- Inovação, investigação e desenvolvimento tecnológico
- Fomento do espírito empreendedor, apoio às PME
- Sociedade de informação
- Empregabilidade, capital humano e educação

INTERREG IV C

Prioridade temática 1 – Inovação e Economia baseada no conhecimento

Objectivos operacionais:

- Aumentar as capacidades das regiões em termos de inovação, tecnologia e inovação
- Promover espírito empreendedor e novas oportunidades de negócio em todos os sectores economicamente relevantes
- Apoiar empresas, em particular PME, no seu crescimento sustentado em termos de inovação através da transferência e partilha comum de serviços
- Apoiar a reestruturação das regiões mais dependentes dos sectores tradicionais
- Promover a utilização das TIC por empresas, entidades públicas
- Aumentar a eficácia das políticas regionais na área do emprego, formação e educação
- Apoiar a adaptação das economias regionais aos desafios da globalização e das alterações demográficas.

INTERREG IV C

Prioridade temática 1 – Inovação e Economia baseada no conhecimento

Beneficiários finais:

- Autoridades públicas com responsabilidades regionais e locais
- Agências de desenvolvimento regionais
- Entidades de ensino superior e centros de investigação
- Operadores na área da ciência e tecnologias, incubadoras de empresas, centros de inovação
- Actores de apoio à actividade empresarial, especialmente as PME (associações, fundações, câmaras de comércio, etc.)
- Outras entidades públicas ou equivalentes

INTERREG IV C

Prioridade temática 2 – Ambiente e prevenção de riscos

Temas:

- Prevenção de riscos naturais e tecnológicos
- Tratamento de esgotos e resíduos
- Biodiversidade e preservação de património natural
- Energia e sistemas de transportes públicos sustentáveis
- Património cultural e paisagístico

INTERREG IV C

Prioridade temática 2 – Ambiente e prevenção de riscos

Objectivos operacionais:

- Desenvolvimento de planos e medidas para a prevenção e gestão de riscos naturais
- Aumentar a eficácia de tratamento de esgotos
- Desenvolvimento de tratamento de resíduos mais sustentável
- Acções ligadas à biodiversidade e preservação do património natural (NATURA 2000) e gestão integrada de áreas costeiras
- Estimular maior eficiência energética e de transporte
- Aumentar o potencial de atracção do território baseado no desenvolvimento socio-económico e através do turismo sustentável e a protecção do património cultural e paisagístico

INTERREG IV C

Prioridade temática 2 – Ambiente e prevenção de riscos

Beneficiários finais:

- Instituições protectoras da natureza
- Serviços de emergência e de gestão de crises
- Autoridades responsáveis pela protecção do património cultural e paisagístico
- Autoridades com responsabilidades na área do turismo
- Entidades de ensino superior e centros de investigação
- Entidades públicas ou equivalentes com relevância na área do ambiente e da prevenção de riscos.



Mais informação disponível em:

www.interreg3c.net

www.qren.pt

Obrigado pela vossa atenção

